

## **IDENTIDADE E TERRITÓRIO: saga, construção e situação de etnicidade entre agricultores familiares (PA Belo Horizonte – Pará – Brasil)**

Luíza de Nazaré Mastop-Líma<sup>1</sup>

Jane Felipe Beltrão<sup>2</sup>

**Resumo:** Reflete-se sobre a saga dos agricultores familiares do Projeto de Assentamento Belo Horizonte (PA BH), localizado no Sudeste do Pará, para “manter” a identidade coletiva e construir um território “de agricultura familiar” no assentamento em que vivem há 30 anos. A trajetória produtiva escolhida pelas famílias assentadas, o auge dos sistemas de produção, seu declínio, assim como a implantação de atividades produtivas alternativas, retratam a dinâmica de construção da identidade e do território pelos agricultores. A busca do restabelecimento de um sistema produtivo diversificado, da territorialidade e da correspondente identidade, fazem-nos refletir sobre como o grupo neste processo de construção se coloca em *situação de etnicidade* para lutar pelo reconhecimento e valorização da diferença frente a políticas públicas universalizantes, na diversidade sociocultural no Território Sudeste Paraense. A análise baseia-se em experiências de intervenção direta junto ao grupo, entrevistas com pessoas-chave (protagonistas dos eventos), observação direta e na noção de etnodesenvolvimento.

**Palavras-chave:** agricultura familiar; autonomia; etnodesenvolvimento; identidade; etnicidade.

---

<sup>1</sup> Antropóloga, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) na UFPA. Docente junto a Universidade Federal do Sudeste do Pará (UNIFESPA). E-mail: [luizamastop@gmail.com](mailto:luizamastop@gmail.com).

<sup>2</sup> Antropóloga e historiadora, docente junto aos programas de Pós-Graduação em Direito (PPGD) e em Antropologia (PPGA) ambos na Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisadora 1C do CNPq. E-mail: [janelbeltrao@gmail.com](mailto:janelbeltrao@gmail.com).

## Tessituras

**Abstract:** This article reflects on the endeavor of family farmers Settlement Project Belo Horizonte (BH PA), located in southeast Pará, to “keep” their collective identity and build of the territory of living from 30 years. The productive trajectories chosen by families, the height of productive systems, their decline, as well as the implementation of alternative production activities, show the dynamics of construction of the identity and the territory by family farmers. The build of diversified productive system, of the territoriality and the corresponding identity, make us reflect about the *ethnicity situation* of the group for to fight the appreciation and recognition of difference against universalizing public policies, socio-cultural diversity in the Territory Southeastern Pará-Brazil. The analysis is based on direct intervention experiences with the group, interviews with key people (events of the protagonists), direct observation and the notion of ethnodevelopment.

**Keywords:** family farming; autonomy; ethnodevelopment; identity; ethnicity.

### Dos sujeitos e do problema...

Neste artigo apresenta-se a saga dos agricultores do assentamento Belo Horizonte, localizado no Território Sudeste Paraense, município de São Domingos do Araguaia, a cerca de 600 km da capital do Estado do Pará, Brasil, desde a chegada das primeiras famílias ao local até o momento atual, e se toma uma situação de etnicidade, qual seja a da retomada da diversificação dos sistemas produtivos no assentamento, para se refletir sobre o processo de construção e reconstrução da identidade coletiva deste grupo de agricultores familiares e do território que eles entendem ser de agricultura familiar. Além disso, mostra-se como a noção de etnodesenvolvimento é uma importante e promissora ferramenta para se trabalhar inclusive entre os agricultores familiares, uma vez que baseada em princípios que valorizam a diversidade sociocultural e fortalecem o processo de construção da identidade coletiva de um grupo socialmente diferenciado.

A palavra *saga* é aqui utilizada tanto no sentido apresentado pelo

## Tessituras

dicionário (FERREIRA, 1999), significando “história ou narrativa rica de incidentes”, como também no sentido de retratar os vários momentos de luta em prol da construção da história do coletivo, do que é coletivamente importante para o grupo, de um objetivo comum. *Luta* é um termo nativo que refere um trabalho que não é concreto, no sentido de tomar nas mãos as ferramentas de trabalho e arar a terra, ou cuidar do gado, ou fazer concertos em cercas, por exemplo, mas é o trabalho de argumentar e interferir para que o argumento seja ouvido, sobretudo pelo Estado, junto ao qual os agricultores reivindicam direitos diferenciados, que atendam às especificidades deles.

Para a reflexão ora apresentada foram realizadas entrevistas semiestruturadas com informantes-chave no assentamento, como a ex-presidente da associação, a atual presidente, o morador mais antigo do local, o que apresenta o sistema de produção mais diversificado, o morador mais experiente com a cultura do cacau; além deles, foram entrevistados dois associados escolhidos aleatoriamente, mas que implantaram atividades produtivas alternativas em seus lotes. As entrevistas foram realizadas entre os anos de 2009 e 2013, entre os meses de maio e junho de 2009 e de 2011, e fevereiro e março de 2013, totalizando um período de seis meses de trabalho de campo.

Além disso, dados como o histórico de uso da terra e a organização política foram coletados a partir de observação direta e conversas com os agricultores, o que vem sendo realizado pela primeira autora ao longo dos anos de trabalho com este grupo social, tendo o mesmo iniciado em 2003. A primeira autora do presente artigo também integrou a equipe do projeto *Promover Inovações Para o Fortalecimento da Agricultura Familiar nos Assentamentos do Sudeste do Pará*<sup>3</sup> que implantou as atividades produtivas

---

<sup>3</sup> Projeto de pesquisa e extensão financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), submetido ao Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/MDS/SESAN-Nº 36/2007, realizado em parceria com a EMBRAPA Amazônia Oriental, o Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD); a Cooperativa de Prestação de Serviços (COPSERVIÇOS); Associação dos Pequenos

## Tessituras

alternativas no assentamento, como pesquisadora entre os anos de 2008 e 2010, e lhe chamou a atenção o fato que de os agricultores do PA Belo Horizonte buscavam parcerias nas universidades e em outras instituições de pesquisa e extensão para a retomada da diversificação em seus sistemas produtivos, preocupados que estavam em permanecer enquanto agricultores familiares e de concretizar o que pensam sobre ser um agricultor familiar no assentamento.

Desta experiência surgiu o interesse pelo tema da construção da identidade pelos agricultores familiares do PA Belo Horizonte. A curiosidade da autora a levou à formulação de uma proposta de doutorado, quando então ingressou em 2010 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) para dar continuidade à pesquisa, que foi desenvolvida sob o financiamento de uma bolsa de doutorado pela Fundação Amazônia Paraense (FAPESPA).

À medida que a pesquisa foi se desenvolvendo, verificou-se a necessidade também de se estudar a construção do território por esses agricultores, uma vez que ele é um dos elementos de sua identidade (OLIVEIRA FILHO, 1999) e uma das marcas do campesinato brasileiro, segundo Wanderley, que aponta a luta pela terra enquanto o esforço de “... construir um ‘território’ familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores” (1996, p. 12). Uma questão então se apresentava: como se dá a construção do território pelos agricultores do PA Belo Horizonte, visto que eles estão inseridos em um território criado a partir de uma política pública, o Território Sudeste Paraense? Como podemos entender a luta dos agricultores do assentamento Belo Horizonte para se manterem enquanto agricultores familiares e ao mesmo tempo reivindicar direitos à diferença que os particulariza? Para trilhar este caminho, iniciemos a reflexão sobre identidade e território.

---

Produtores do PA Belo Horizonte (APABH) e a Associação dos Pequenos Agricultores Agroextrativistas (APAEP).

### Por falar em identidade e território...

Entendemos identidade enquanto uma construção social, que se forja na interação com *o outro*, portanto contrastiva e relacional, como nos mostra Cardoso de Oliveira (1976). Identidade étnica é aqui entendida, segundo o mesmo autor, enquanto um caso particular de identidade social, particularidade esta que está relacionada ao conceito de grupos étnicos. De acordo com Barth, grupos étnicos são geralmente entendidos na literatura antropológica como uma população que:

1. em grande medida se autoperpetua do ponto de vista biológico;
2. compartilha valores culturais fundamentais, realizados de modo patentemente unitário em determinadas formas culturais;
3. constitui um campo de comunicação e interação;
4. tem um conjunto de membros que se identificam e são identificados por outros, como constituindo uma categoria que pode ser distinguida de outras categorias da mesma ordem (BARTH, 2000, p. 27).

O autor faz uma crítica a esta formulação do que sejam grupos étnicos dizendo que esta visão acerca dos grupos étnicos preconcebe os fatores significativos para “... a gênese, a estrutura e a função de tais grupos” (BARTH, 2000, p. 28). Para Barth, é mais pertinente vermos o compartilhamento de uma cultura como consequência ou resultado da organização de um grupo étnico, do que tomar esta característica como aspecto definidor dos mesmos.

Barth dá como exemplo os Pathan por ele estudados, mostrando que há diversidade entre os sistemas locais dos Pathan do norte e os do sul, que respondem de forma diversificada ao meio em que estão inseridos, mas que não por isso deixam de ser enxergar enquanto um grupo étnico. Isso não seria difícil entender se tomássemos como exemplo nós mesmos, os brasileiros, pois vemos diferenças entre nós em relação ao que é ser brasileiro, no entanto, respondemos a uma identidade nacional que, em

## Tessituras

contextos relacionais, pode assumir característica de identidade étnica, como por exemplo o de brasileiros de diferentes regiões que moram em outros países. É o que mostra também Cardoso de Oliveira (2000) ao discutir sobre a identidade catalã na Europa.

Quanto à questão da atribuição e da autoatribuição das identidades étnicas, Barth chama a atenção para o fato de que os grupos étnicos não podem ser entendidos enquanto derivados de uma “lista descritiva de características ou diferenças culturais; não se pode prever a partir de princípios primários quais características os atores irão efetivamente enfatizar e tornar organizacionalmente relevantes” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 32).

Isso nos faz refletir sobre os agricultores no Brasil, em como são identificados e em como se autoidentificam. Tema de muitos estudos realizados sobre o campesinato, o *ser camponês* foi foco de reflexões de autores como Eric Wolf (1970); Henri Mendras (1978); José de Souza Martins (1981); Maria de Nazaré Baudel Wanderley (1996); Delma Pessanha Neves (2007), entre outros.

Vemos nos trabalhos de Wolf (1970) e Mendras (1978) o esforço de refletir sobre o que caracteriza um camponês e o diferencia de qualquer outro grupo em determinada sociedade. O caráter contrastivo e relacional desta identidade está presente na análise dos autores, sendo que Mendras nos chama a atenção para o caráter também contextual e temporal de construção de sua análise; os camponeses que ele estuda são os “da Europa ocidental, no ano mil ao ano dois mil” (MENDRAS, 1978, p. 12).

Os estudos realizados no Brasil (MARTINS, 1981; WANDERLEY, 1996; NEVES, 2007) refletem sobre a origem e a construção desta identidade e as transformações que ela sofre ao decorrer do tempo, conforme também vai se modificando a economia no país. O rol de identidades das pessoas que se organizam politicamente e se diferenciam socialmente pela relação que estabelecem com os recursos naturais no meio rural vai se ampliando ao longo dos anos, de forma que diversas identidades no século

## Tessituras

XX são classificadas sob a categoria genérica de *agricultor familiar*, conforme nos mostra Neves (2007). Esta categoria é usada pelo Estado brasileiro para classificar identidades tais como: quilombolas; ribeirinhos; fundos de pasto; faxinais; quebradeiras de coco babaçu e até mesmo indígenas, entre outros. Um termo genérico que se traduz em políticas públicas e programas sociais universalizantes, tal como o é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por exemplo, segundo nos mostra Neves (2007).

Vemos que esta identidade genérica, apesar de proporcionar vantagens aos agricultores do PA Belo Horizonte, como explicitou a ex-presidente da associação e atual vice-presidente, Dona Lourdes<sup>4</sup>, em determinado momento da história deles não contemplava o que pensavam para si enquanto uma coletividade. Atualmente, eles fazem questão de marcar em seu discurso que são agricultores familiares, porque possuem um estabelecimento agrícola que mantêm a partir do trabalho familiar, porque se mobilizam politicamente a partir da associação deles para buscar alternativas que possam reverter o atual quadro produtivo, o que os identifica genericamente, mas também especificamente porque esta não é uma realidade para todos os agricultores familiares no Brasil. Ainda que entre eles haja diferentes situações econômicas ou de força de trabalho familiar disponível, e que haja iniciativas particulares do ponto de vista produtivo, a dimensão coletiva das transformações técnicas por um lugar de agricultura familiar se dá pela mobilização e organização política deles enquanto um grupo. É o caráter político-organizacional que se destaca para a definição deles enquanto um grupo socialmente diferenciado.

---

<sup>4</sup> Com a finalidade de resguardar as identidades dos interlocutores usamos nomes fictícios para designá-los. Dona Lourdes é filha de seu Rubens, um dos moradores mais antigos do PA Belo Horizonte. Ela é casada com o senhor Roberto, chegou ao assentamento em 1987 e tem três filhos. O filho mais novo mora com o casal no assentamento e se divide entre o trabalho no lote da família e diárias que faz em outros lotes do PA. Os filhos mais velhos do casal, um rapaz e uma moça, tiveram que sair do assentamento para a cidade de São Domingos do Araguaia para dar continuidade aos estudos e trabalhar para se manter na cidade e estudando. Dona Lourdes passou 10 anos à frente da associação dos agricultores do PA Belo Horizonte e atualmente é vice-presidente da mesma.

## Tessituras

Não se trata aqui, portanto, de classificar os agricultores do PA Belo Horizonte, de atribuir a eles uma identidade genérica, como em geral se tem feito a partir do que mostra a literatura especializada, mas de perceber, do ponto de vista deles, o que os faz um grupo, de agricultores familiares sim, mas com identidade que gira em torno de interesses coletivos que os torna também específicos e diferentes em relação aos demais agricultores familiares e aos demais sujeitos sociais com os quais estão em constante relação/interação. Trata-se de analisar como os agricultores do PA Belo Horizonte evidenciam sua etnicidade, de forma que se diferenciem dos fazendeiros, dos povos indígenas, de grandes produtores agrícolas, dos demais agricultores que estão classificados sob a identidade genérica de agricultores familiares.

Um primeiro ponto a se destacar é que, do ponto de vista deles, os agricultores do PA Belo Horizonte não se veem e não são vistos como um grupo étnico. No entanto, como a identidade é relacional, contrastiva e situacional, conforme vimos anteriormente, podemos considerar que em determinadas situações os agricultores do PA Belo Horizonte se organizam e interagem com *o outro* como se um grupo étnico fossem. Isso nos coloca um problema: como interpretar a etnicidade expressa por eles se eles não são um grupo étnico?

Um autor que pode nos auxiliar neste aspecto é Alfredo Wagner Almeida (2002) em relação ao que discute acerca das “novas etnias” no Brasil. Almeida (2002) reflete sobre os significados de *quilombo* construídos historicamente no Brasil, mostrando a necessidade de se compreender o significado de quilombo a partir dos procedimentos de classificação que os próprios sujeitos constroem. Nas palavras do autor,

é preciso entender como é que historicamente esses agentes sociais se colocaram perante os seus antagonistas, bem como entender suas lógicas, suas estratégias de sobrevivência e como eles estão se colocando hoje ou como estão se autodefinindo e desenvolvendo suas práticas de interlocução (ALMEIDA, 2002, p. 69).

## Tessituras

Seguindo este raciocínio é que Almeida nos chama a atenção para as “novas etnias” como sendo

uma tendência de grupos a se investirem, num sentido profundo, de uma identidade cultural com o objetivo de articular interesses e reivindicar medidas, fazendo valer seus direitos em face dos aparatos de estado. O critério político-organizativo ajuda a relativizar o peso de uma identidade definida pela comunidade de língua, pelo território, pelo fator racial ou por uma origem comum (ALMEIDA, 2002, p. 73).

É de processos político-organizativos dos sujeitos sociais em relação a terras de uso comum tais como as terras de preto, terras de santo, terras de índio, faxinais e fundos de pasto, por exemplo, que surgem as novas etnias no Brasil (ALMEIDA, 2008). O autor registra pelo menos cinco situações que compreendem as terras de preto:

[a] domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por famílias de ex-escravos. [b] Abarca também concessões feitas pelo Estado a tais famílias, mediante à prestação de serviços guerreiros. Os descendentes destas família permanecem nessas terras há várias gerações sem proceder ao formal da partilha, sem desmembrá-las e sem delas se apoderarem individualmente. (...) [c] Abrangida também pela denominação encontram-se situações peculiares em que se detecta a presença de descendentes diretos de grandes proprietários, sem grande poder de coerção, adotando aforamento, ou seja, mantendo famílias de ex-escravos e seus descendentes numa condição designada como de foreiros, sem quaisquer obrigações maiores, possibilitando, inclusive, uma coexistência de formas de uso comum com a cobrança simbólica de foro incidindo sobre parcelas por família, visando não deixar dúvidas sobre seu caráter privado. (...) [d] alcança também aqueles domínios ou extensões correspondentes a antigos quilombos e áreas de alforriados nas cercanias de antigos núcleos de mineração, que permaneceram em isolamento relativo, mantendo regras de uma concepção de direitos, que orientavam uma apropriação comum dos recursos. (...) [e] há ainda as denominadas ‘terras de preto’ que foram conquistadas por prestação de serviços guerreiros ao Estado, notadamente na guerra Balaiada (1838-41) (ALMEIDA, 2008, p. 147-148).

## Tessituras

As terras de santo, segundo o autor, se referem “à desagregação de extensos domínios territoriais pertencentes à igreja” (ALMEIDA, 2008, p. 148). As terras de índios compreendem “domínios titulados, que foram entregues formalmente a grupos indígenas ou seus remanescentes, na segunda metade do século passado e princípios deste, sob a forma de doação ou concessão por serviços prestados ao Estado” (ALMEIDA, 2008, p. 151). Faxinais e fundos de pasto corresponderiam a tipos de terras soltas ou abertas que seriam a “utilização de formas de uso comum nos domínios em que se exercem atividades pastoris” (ALMEIDA, 2008, p. 155), tal como ocorrem em algumas regiões da Amazônia, na Ilha de Marajó, no sertão nordestino, no sul do Brasil, no Paraná e em Santa Catarina.

Pelo o que o autor mostra, percebemos que há diferentes situações para uma mesma categoria de classificação, que seria o uso comum de terras, e que quilombo e quilombolas, por exemplo, podem ter significados diferentes para diferentes grupos sociais e que assim se autodefinem. Vemos não apenas a operacionalidade do conceito de etnia, como também Almeida nos chama a atenção para a dimensão da organização política e da identidade coletiva como aspectos fundamentais para se entender o que são as “novas etnias”. A formação de “novas etnias” no Brasil não parte de laços biológicos ou do compartilhamento de uma língua comum, mas da organização social e política de povos que compartilham interesses comuns e que lutam por direitos coletivos diferenciados.

No caso dos agricultores familiares do PA Belo Horizonte, no entanto, também não podemos considera-los como uma “nova etnia”, visto que eles assim não se reivindicam e nem demonstram interesse em se desvincular da classificação genérica de agricultores familiares, pois a condição de assentados também possibilita a eles o acesso a políticas públicas e programas de governo que viabilizam seu modo de vida e a permanência deles enquanto um grupo socialmente diferenciado.

No entanto, alguns aspectos os aproximam tanto do que Barth refere como grupo étnico quanto do que Almeida mostra em relação às “novas

## Tessituras

etnias” no Brasil: é relevante para eles a organização social e política, sobretudo por meio de sua associação, para a reivindicação de direitos que atendam às suas particularidades enquanto grupo socialmente diferenciado frente ao Estado; o território de agricultura familiar construído a partir do assentamento é um objetivo comum; a identidade coletiva é o agente propulsor da mobilização e da luta por direitos que contemplem a diferença frente à diversidade sociocultural no Território Sudeste Paraense.

Desta forma, entende-se que mesmo não sendo um grupo étnico e nem uma “nova etnia”, os agricultores do PA Belo Horizonte reivindicam para si o reconhecimento daquilo que ao mesmo tempo os classifica na identidade genérica de agricultor familiar os particulariza enquanto agricultores familiares daquele assentamento. Em outras palavras, eles vivenciam no processo de construção de sua identidade *situações de etnicidade*.

Isso pode ser verificado, por exemplo, em: a) reuniões do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Domingos do Araguaia, quando Dona Lourdes afirma que “se a gente não falar alto dos nossos interesses no assentamento a gente não consegue nada pra cá [para o PA Belo Horizonte] e chega aqui a gente é cobrado pelos associado...”; ou b) quando Dona Lourdes vai à prefeitura de São Domingos do Araguaia em busca de horas de trator para revolver a terra e deixá-la menos compactada para o plantio de roças; ou mesmo c) em ocasiões em que alguns agricultores do assentamento participam de intercâmbios com agricultores de outras regiões do estado do Pará ou de outro estado brasileiro e trazem na bagagem experiências para implantar e testar por conta deles uma técnica, um cultivo, que venha a servir aos seus projetos comuns de uso da terra no assentamento; ou até mesmo d) quando reclamam inoperância do poder público em que o Programa Luz para Todos<sup>5</sup> foi implantado na vizinhança, mas não no assentamento.

---

<sup>5</sup> Programa criado pelo governo federal em 2003 com o objetivo de “... acabar com a exclusão elétrica no país”, levando energia elétrica para famílias que habitam o meio rural. Disponível em: <http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/asp/>. Acesso em: 25 de março de 2013.

## Tessituras

Por *situação de etnicidade* entende-se ser toda situação que, inserida em um processo de construção de identidade, é vivenciada por um grupo socialmente diferenciado, que não se vê e nem é visto como um grupo étnico, organizado politicamente, e que integra um grupo maior sob a mesma identidade sociocultural, de forma a reivindicar a valorização e o reconhecimento daquilo que o particulariza em relação ao grupo maior e que é evidenciado na interação com o Estado, com seus pares e com o *outro*. A situação de etnicidade não é vivenciada por esses grupos como um fim em si, mas como um meio e uma estratégia de luta para fazer valer seus direitos à diferença e alcançar seus interesses enquanto grupo. Ela não é usada pelo grupo como forma de necessariamente delimitar fronteiras e buscar independência do grupo maior, mas de ratificar a interdependência em relação à identidade genérica ao qual é classificado e partir da qual o grupo pode se manter enquanto grupo.

Em geral, quando se fala em território é quase inevitável não associá-lo à terra, no entanto, esses dois termos não são sinônimos. Autores que estudam o tema entre povos indígenas nos ajudam a entender isso. A discussão feita por Seeger e Viveiros de Castro (1979), assim como Luciano (2006 e 2008) sobre a questão da diferença entre terra e território, ao mesmo tempo em que mostram a relação entre eles, serve de base tanto para discutir a questão em relação aos indígenas quanto em relação aos agricultores.

Para esses autores, terra diz respeito ao espaço físico, geográfico em que vive um povo indígena, e território representa a relação que este povo estabelece com esse espaço físico, em que nas palavras de Luciano: “[p]ara os povos indígenas, o território compreende a própria natureza dos seres naturais e sobrenaturais, onde o rio não é simplesmente o rio, mas inclui todos os seres, espíritos e deuses que nele habitam” (LUCIANO, 2006, p. 101). Segundo Beltrão (2014, p. 5), “[t]erritório, portanto, é concepção ampla que diz respeito à vida, abrangendo, não apenas bens materiais, mas agregando a produção de ambiente cultural no qual são desenvolvidas as

## Tessituras

formas de vida”.

Entre os agricultores que são assentados, como é o caso dos agricultores do PA Belo Horizonte, a condição de assentado muda também a relação deles com a terra, uma vez que há limites quanto ao uso do sistema técnico corte-queima, em que o agricultor usava a terra para cultivo por um tempo e depois ia em busca de novas terras para recomeçar o ciclo de uso. O fato de serem assentados os confina num pedaço limitado de terra, cercado por fazendas e que acaba gerando neles a necessidade de fazer daquele espaço físico um lugar que reflita o que eles entendem como território de agricultura familiar. O território é o patrimônio em que a terra é um dos elementos.

As relações estabelecidas para esta construção do território passam, entre outras coisas, por um projeto de sociedade vinculado a demandas mais amplas de um coletivo de agricultores que está para além do PA Belo Horizonte. Este projeto está relacionado ao projeto de sociedade defendido pelo movimento social do campo que representa os agricultores do PA, mas ao mesmo tempo se particulariza a partir da realidade vivida por estes agricultores e não por outros. Essa construção deve ser entendida como um processo, como o que se mostra a partir da saga os agricultores do PA Belo Horizonte a seguir.

### **Os agricultores do PA Belo Horizonte e a construção do território Dos castanhais à madeira**

A saga que ora narramos tem início em 1985, com a chegada das primeiras famílias de agricultores ao lugar hoje conhecido como Projeto de Assentamento (PA) Belo Horizonte. As famílias que chegaram ao local se depararam com um aforamento de castanha<sup>6</sup>, em que a extração de

---

<sup>6</sup> Mesmo sendo uma área ocupada por estas famílias, não identificamos na literatura especializada ou nos relatos dos agricultores entrevistados registro de conflitos quanto à

## Tessituras

castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*) é apontada por Silva (1996, p. 5) como o “marco inicial da modificação da paisagem” por este grupo social.

O senhor Rubens, um dos mais antigos moradores do assentamento, que para lá migrou vindo do atual estado do Tocantins, assim refere ao local do assentamento à época da chegada dessas famílias: “ [a terra] era toda mata, aqui era um castanhal. Eu contei 26 castanheira aqui no meu lote na época, elas produzia bem, dava pra tirar muita castanha. O dono da época tirava muita castanha da mata” (Sr. Rubens, agricultor, 74 anos)<sup>7</sup>.

O período da chegada das famílias na área do PA Belo Horizonte não era, no entanto, o período de auge da exploração da castanha, que experimentava um declínio no final da década de 1960 e nos primeiros anos da década de 1970 (EMMI, 1999), e o capital nacional e estrangeiro se voltava para a exploração de recursos minerais e energéticos, entre eles, a madeira para produção de carvão vegetal (HÉBETTE, 2004)<sup>8</sup>.

Data desta época, por exemplo, a instalação de empresas estatais - entre elas a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) - e estrangeiras nas regiões sul e sudeste do Pará por meio de incentivos fiscais e da implantação de grandes obras de infraestrutura, como a abertura de estradas, interligando as regiões às demais regiões do país<sup>9</sup>.

Entre os anos de 1987 e 1992, segundo Silva (1996), a extração de

instalação delas na área do hoje Projeto de Assentamento Belo Horizonte.

<sup>7</sup> Seu Rubens é maranhense, mas quando migrou para a região morava no atual estado do Tocantins, tem 74 anos, era viúvo e vive atualmente com uma senhora que morava em Belém, capital do estado do Pará. Do primeiro casamento seu Rubens tem um filho e duas filhas, que moram com suas famílias no PA Belo Horizonte. Ele é referência para quem faz pesquisa ou extensão no assentamento, além de ser referência para os demais agricultores por sua experiência de vida e pelos conhecimentos tradicionais, sobretudo no que diz respeito ao trato com a roça.

<sup>8</sup> Datam das décadas de 60 e 70 do século XX a criação de órgãos estatais voltados para o conhecimento dos recursos naturais e energéticos da região: Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia (1968), sob a responsabilidade das Centrais Elétricas do Brasil-ELETOBRÁS e posteriormente Centrais Elétricas do Norte do Brasil-ELETRONORTE (1973); Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais-CPRM (1969); Projeto Radar da Amazônia-RADAM (1970) (HÉBETTE, 2004).

<sup>9</sup> As descobertas feitas das ocorrências minerais na região levaram à criação das “províncias minerais” em Itaituba e Carajás, na Serra dos Carajás, de onde a CVRD extraía grande volume de ferro (HÉBETTE, 2004), atividade esta intensificada a partir da criação do Programa Grande Carajás (PGC), em fins dos anos 1970 (BECKER, 1994).

## Tessituras

madeira realizada pela empresa IMPAR na área que mais tarde se tornaria o projeto de assentamento Belo Horizonte foi outro acontecimento contribuiu para a modificação da paisagem e atração de novas famílias para o local. A atuação da empresa na região propiciou, de acordo com o autor, a divulgação entre os funcionários da mesma que no local havia “... terras boas, baratas e sem sinal de pistoleiros...” (SILVA, 1996, p. 10)<sup>10</sup>.

A exploração madeireira no local não apenas modificou a paisagem pela diminuição do número de árvores em pé, como também pela abertura de estradas denominadas “arrastões”, caracterizadas pelas más condições de trafegabilidade, sobretudo na época mais chuvosa do ano. Os arrastões serviam não apenas à madeireira, mas também aos agricultores ali instalados, que perdiam a maior parte do que conseguiam produzir em seus lotes. Sobre isso, relata o Sr. Rubens:

a gente perdia tudo o que produzia, porque não tinha como tirar daqui, o jeito era a gente vender tudo baratinho, pros tropeiros (donos de “tropas”, ou seja, um conjunto de animais de carga – jumentos e burros), porque só eles é que dava pra tirar o arroz daqui de dentro, no lombo do animal, porque não entrava carro, o jeito era vender o arroz tudo barato (Sr. Rubens, agricultor, 74 anos).

A atividade madeireira, no entanto, não era algo que fizesse parte dos projetos dos agricultores enquanto principal atividade econômica, ela foi mais um meio para levantar recursos para investir nas atividades agropecuárias, assim como uma forma de viabilizar o escoamento do que produziam, ainda que não nas condições que precisavam, como vimos no relato do Sr. Rubens.

Como a região em que estavam fazia parte de um projeto de

---

<sup>10</sup> Os interlocutores entrevistados não souberam precisar o número de famílias que migrou para o local à época, pois este número variava constantemente, uma vez que nem todas as famílias que migraram para o assentamento eram de agricultores ou tinham alguma experiência com a agricultura. O fato de não haver no assentamento infraestrutura adequada à fixação das famílias, tais como escola, estradas trafegáveis, transporte, entre outras coisas, também influenciou a saída de algumas famílias. As famílias que lá permaneceram o fizeram porque tinham o trabalho da terra como modo de vida.

## Tessituras

desenvolvimento do Estado brasileiro, iniciado nos idos anos 1930<sup>11</sup>, inúmeros foram e são os programas e políticas voltados para o fomento de atividades econômicas na região (HÉBETTE, 2004); projeto este que inaugurou um novo “tempo”, como dizem os agricultores, entre as famílias do assentamento: a “tempo dos créditos” (1993-2003).

### Da madeira aos créditos: a consolidação da pecuária

A partir de 1993, Silva (1996) aponta que o acesso ao crédito Fundo Constitucional do Norte (FNO-Especial)<sup>12</sup> pela maioria das famílias possibilitou nova modificação da paisagem, em que a atividade pecuária ganhou força não apenas no local, como na região Sudeste do Pará em geral (De REYNAL *et al.*, 1996). Com a entrada do FNO-Especial a organização sindical foi fortalecida, uma vez que os agricultores para conseguirem o crédito tinham de fazer parte de associações e do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR).

O crédito possibilitou aos agricultores maior investimento em seus lotes, construindo cercas e comprando gado, aumentando o patrimônio familiar. Seu Adriano<sup>13</sup>, por exemplo, relatou que pegou o FNO em 1995 e fez um projeto para financiar gado, cerca, mandioca e cupuaçu (*Theobroma*

---

<sup>11</sup> O Estado brasileiro, desde a década de 1930, passou a ter interesse na região Norte do país pela sua importância econômica, vista como uma região de grande potencial para a instalação de atividades industriais que contribuíssem para o desenvolvimento econômico do Brasil (HÉBETTE, 2004), tendo como referência os polos industriais formados nas regiões sul e centro-sul.

<sup>12</sup> Um dos Fundos Constitucionais criados pela Carta Magna de 1988 para financiar programas dos setores produtivos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Conferir <http://www.sudam.gov.br/incentivo-a-investimentos/fundo-constitucional-do-norte-fno>. Acesso em 22 de novembro de 2014.

<sup>13</sup> O Sr. Adriano é baiano, tem 68 anos e foi criado em roça de cacau, onde trabalhava junto com seu pai. Ele chegou ao PA Belo Horizonte em 1985 e é o detentor do conhecimento acerca do plantio do cacau. Ele é casado, tem nove filhos, entre eles, quatro mulheres. As mulheres moram na cidade de São Domingos do Araguaia, localizada cerca de 30 km do PA Belo Horizonte. O filho mais velho do casal mora no Espírito Santo. Os quatro filhos que moram com eles, juntamente com o pai, é que sustentam a casa, principalmente pelo trabalho realizado em outros lotes do assentamento e em assentamentos vizinhos.

## Tessituras

*grandiflorum*). Antes de pegar o crédito, no entanto, seu Adriano vinha adotando uma lógica de uso da terra em que a preparava para o plantio do capim. Ele contou que usava preparava uma área da terra para a roça em um ano e deixava esta área sem plantar no ano seguinte, para plantar em outra área. Fazia desta forma até ter usado a mesma área de roça por pelo menos três vezes e depois plantava capim. A última roça que fez em seu lote foi no ano de 2003, quando então acabou a área de capoeira (mata secundária) no lote dele.

O investimento dos agricultores em gado a partir do crédito está inserido em um contexto em que regionalmente a pecuária de corte, e inicialmente menos a de leite, teve grande crescimento na economia local. A expansão da atividade pecuária na região, de acordo com Hébette (2004), fez parte do projeto de colonização do Estado brasileiro, nos anos de 1960 e 1970, em que houve incentivos fiscais para latifundiários que tivessem interesse em praticar pecuária de grande escala na Amazônia. Data deste período também, segundo o mesmo autor, um grande fluxo de migração de lavradores de outras regiões do país que, com a abertura das estradas que ligavam diferentes pontos do Brasil, vieram em busca de terras para a lavoura e para a pecuária (HÉBETTE, 2004).

O sistema técnico utilizado pelas famílias instaladas no Belo Horizonte quanto ao uso da terra seguiu, em sua maioria, o exemplo de seu Adriano, conforme citado anteriormente. Esta lógica de uso da terra, segundo Navegantes-Alves (2011) é característica de regiões de fronteira agrícola, em que se planta para a subsistência e para garantir a posse da terra; plantar capim é uma forma de “amansar”<sup>14</sup> a terra para os agricultores e de aproveitamento do trabalho mais pesado. Ainda segundo a autora, o contexto de pecuarização em que se encontram os agricultores no assentamento, cercados por fazendas de gado de corte é também um fator

---

<sup>14</sup> Segundo os agricultores do PA Belo Horizonte, a mata que é derrubada para o plantio da roça e depois dá lugar a uma vegetação secundária por eles denominada capoeira, é entendida no imaginário deles como “braba” ou “mato brabo”. A posterior implantação de pastagens é para eles uma forma de dominar este “mato”, de “amansar” a terra.

## Tessituras

que influencia a decisão dos agricultores por investirem na pecuária, o que ratifica a tendência da localidade e da região para a especialização nesta atividade (De REYNAL *et al.*, 1996).

O Sr. José do Cacau, por exemplo, nos contou que quando chegou ao local, em 1988, sua terra, adquirida por compra, era formada apenas por mata secundária, ou *capoeirão* como ele chama. Ele decidiu derrubar 15 alqueires desta vegetação, onde plantou dois alqueires e meio de cacau (*Theobroma cacao* L.) e o restante plantou capim. O plantio de cacau, segundo ele, era para vender e com o dinheiro arrecadado comprar bezerros para iniciar sua criação de gado. Seu José seguiu investindo em cacau e em gado, conseguindo comprar outros lotes no assentamento. O acesso ao (FNO) também possibilitou a intensificação da pecuária em seu lote.

Ainda em relação aos sistemas de produção adotados pelos agricultores do PA Belo Horizonte, Navegantes-Alves *et al* (2012) mostra que há agricultores que chegaram ao local do assentamento com o projeto de se especializarem em pecuária, assim como há os que chegaram com plano de investir em pecuária e em cultivos perenes, fazer algo mais diversificado em seu lote.

De acordo com os dados coletados em nossas entrevistas, algumas das famílias do local tentaram investir em cacau também, mas nem todas foram obtiveram êxito, principalmente porque não sabiam lidar com esta cultura, como é o caso do seu Rubens, por exemplo. O sucesso do Sr. José do Cacau em parte se dá pelo fato de que quem cuida de sua plantação de cacau é um dos agricultores do PA Belo Horizonte, o Sr. Adriano, que trouxe com ele a experiência do trabalho com o cacau na terra de seu pai na Bahia. Embora os demais agricultores não tivessem sucesso com o cacau, todos, sem exceção, investiram em gado e no plantio de pastagens. Este maior investimento na atividade pecuária marca outra importante transformação do território do assentamento: a floresta deu lugar aos pastos.

Esta época é também marcada pela criação do assentamento, em 1999, como resultado de luta do movimento social de trabalhadores rurais

## Tessituras

no Brasil e na região, que teve início em meados dos anos 1980, quando aconteceu a criação de assentamentos rurais em todos os estados brasileiros (BERGAMASCO, 1997).

Navegantes-Alves (2011) mostra que os agricultores começaram seu rebanho, em geral, com gado “na meia”<sup>15</sup>; depois eles fazem o próprio rebanho, pois vão aumentando as áreas de pastagens em seus lotes. No entanto, há um momento, de acordo com a autora, que o espaço no lote acaba, mas o investimento no gado continua, porque os agricultores têm o gado enquanto uma poupança, e a lógica da implantação de pastagens não acompanha a lógica de crescimento do rebanho, o que gera uma crise neste sistema de produção.

O que aconteceu, de acordo com a autora, foi que os dois tipos de sistemas de produção adotados pelos agricultores do assentamento ficaram sujeitos à mesma crise em relação à degradação das pastagens, vivenciada principalmente a partir de 2005 (NAVEGANTES-ALVES *et al*, 2012). Os agricultores especializados em gado, segundo a autora, sofreram mais a crise, os que tinham um sistema de produção diversificado sofreram menos.

Com o “enfraquecimento” da pecuária no assentamento e a crise das pastagens, os agricultores que tinham apenas o projeto de pecuarização passaram a aderir ao projeto de diversificação também, como veremos a seguir.

### **E quando a pecuária “enfraquece”...**

O termo “enfraquecer” é usado pelos agricultores do PA Belo Horizonte para mostrar que a atividade a que eles se referem não é mais

---

<sup>15</sup> Segundo Navegantes-Alves *et al* (2012, p. 260), trata-se de um “acordo, geralmente informal, em que proprietários de gado confiam determinado número de cabeças para serem criadas ou engordadas por proprietários ou detentores de terra. Esse tipo de criação é dito “na meia”, pois geralmente o ganho em produção é dividido pela metade entre os contratantes. No caso aqui estudado, é a produção de bezerros que é dividida, mas em sistemas de engorda o rateio do rendimento é referente ao ganho de peso”.

## Tessituras

satisfatória e sustentável do ponto de vista produtivo, econômico e social como é o caso atualmente da pecuária.

Em meados dos anos 2006 um novo “tempo” toma corpo no PA Belo Horizonte, marcado pela organização dos agricultores em busca de alternativas para reconstrução do território de forma a realizar atividades agropecuárias diversificadas e sustentáveis ao seu modo de vida (ALVES e MASTOP-LIMA, 2009).

A preocupação, segundo Dona Lourdes, era que as famílias do PA estavam enfrentando problemas quanto às pastagens, que estavam degradadas. Muitas famílias tiveram que vender seu gado, pois não tinham como alimentar as reses e também não tinham mais como sair do assentamento em busca de novas terras, até mesmo porque a condição de assentados lhes proporciona vantagens, como o acesso aos créditos agrícolas, que não poderiam dispor em outras terras. Eles precisavam reverter a situação produtiva no assentamento para manter seu modo de vida de agricultores familiares.

O caminho percorrido por eles para isso era, de certa forma, conhecido: procurar parcerias em instituições de pesquisa e extensão que pudessem ajuda-los a superar as dificuldades. A parceria estabelecida com a Universidade Federal do Pará (UFPA), a partir de um grupo de pesquisadores com diferentes formações e que trabalham com agricultores na região culminou na formalização de um projeto de pesquisa e extensão financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O projeto incluiu a parceria com outras instituições nacionais e internacionais de pesquisa e intervenção no meio rural, além da APABH e do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de São Domingos do Araguaia, município ao qual pertence o PA Belo Horizonte, entre outros parceiros.

A questão-problema apresentada pelos agricultores do PA Belo Horizonte aos pesquisadores e demais parceiros, em reunião no assentamento, era a de que eles queriam retomar os sistemas de produção

## Tessituras

diversificados em suas terras, de modo que a pecuária pudesse ser mais viável e integrada aos demais sistemas produtivos. Com isso, eles iniciaram um novo processo de modificação da paisagem, optando por atividades tais como: a) plantio de leguminosas para recuperação das pastagens e do solo; b) adoção de técnicas de manejo das pastagens; c) diversificação das pastagens; d) alimentação alternativa ao gado leiteiro; d) arborização das pastagens; e) formação técnica aos agricultores; f) formação de viveiros de mudas para o plantio de espécies madeireiras nativas da região; g) preparação do solo para plantio de milho, mandioca e arroz, que era a base das roças feitas por eles.

Percebe-se pelas escolhas dos agricultores que a pecuária não deixou de ser um investimento para eles, mesmo querendo diversificar os sistemas de produção em seus lotes, eles têm a pecuária como um dos elementos de diversificação, sendo que feita a partir de outro sistema técnico. Isso acontece porque esta atividade é a que pode dar uma resposta menos demorada a eles em termos produtivos, além de ser um meio de retomar a poupança que é o gado, conforme afirmou Navegantes-Alves (2011).

As demandas dos agricultores do PA Belo Horizonte junto ao grupo de pesquisadores por eles convocados para pensar e construir, junto com os mesmos, alternativas para a diversificação dos sistemas produtivos no assentamento podem ser lidas como uma situação de etnicidade, uma vez que eles, organizados politicamente por meio de sua associação de agricultores, buscam o atendimento de suas particularidades em relação ao grupo maior de agricultores familiares no Território Sudeste Paraense. Além de se mostrarem diferentes em relação aos seus pares, mantêm sua identidade de agricultores familiares que são distintos dos povos indígenas, dos fazendeiros, entre outros grupos sociais com os quais interagem.

A decisão da construção de sistemas de produção diversificados, no entanto, não se deu apenas por aspectos econômicos e sociais internos ao grupo, mas também pelo fato de que os agricultores, enquanto assentados, estão inseridos num sistema político maior que inclui, entre outras coisas, a legislação ambiental brasileira. A legislação ambiental vigente no Brasil

## Tessituras

exige que 80% da área dos lotes seja destinada à reserva legal, sendo o desmatamento realizado pelos agricultores familiares apontado como questão problemática. Segundo Navegantes-Alves *et al* (2012), esta questão está relacionada a um contexto em que,

sobretudo a partir de 2009, tem-se observado um movimento político de repreensão ao desmatamento e de exigência de recomposição das reservas legais, oriundo das pressões nacionais e internacionais pela proteção ambiental (NAVEGANTES ALVES *et al*, 2012, p. 253).

O termo reserva legal refere-se, segundo a MP 2166 e 2167, de 2001,

à área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.

Diante deste contexto, discute-se entre os agricultores do PA Belo Horizonte que o percentual para a reserva legal deve ser de 80% para os lotes agrícolas gera problemas para eles em virtude das diferentes e diversas situações de uso da terra dos lotes que hoje ocupam. Para se ter ideia da dimensão do problema, reflete-se acerca da própria história de ocupação e da economia da região (LARAIA e DaMATTA, 1967; VELHO, 1972; EMMI, 1999; LASAT/SDT, 2006 e 2010), em que muitos agricultores ao migrarem para ela chegaram em áreas já desmatadas pela intensificação da pecuária, ou mesmo, ao se adaptarem à tendência regional pela pecuária acabaram transformando a maior parte de seus lotes em pastagens, como é o caso de alguns dos agricultores do PA Belo Horizonte.

Essas mudanças impuseram aos agricultores a necessidade de preservar parte da área de seus lotes e lhes rendeu, juntamente com os grandes pecuaristas, grandes agricultores de monocultivos e a abertura de rodovias, a acusação de serem apontados como um dos maiores responsáveis pelo desmatamento na região amazônica e pelas consequências nocivas disso para o clima do planeta (BANCO MUNDIAL, 2003; FERREIRA,

## Tessituras

VENTICINQUE e ALMEIDA, 2005; FEARNSIDE, 2006). A partir desses fatos os agricultores familiares viram-se obrigados a buscar novas formas de realizar a atividade agropecuária, realizar as atividades agrícolas e pecuárias de maneira mais sustentável, de maneira a manter a própria reprodução social deles.

A partir desta saga refletimos que por meio da organização política em torno de um objetivo comum, qual seja o de manter a identidade coletiva de agricultores familiares, os agricultores do PA Belo Horizonte trabalham para a reconstrução de um território de agricultura familiar a partir de uma situação de etnicidade na qual acionam agentes e agências de pesquisa e extensão para lutarem por aquilo que os particulariza enquanto grupo social. Este é uma das estratégias por eles adotadas para se verem contemplados na diversidade sociocultural presente no Território Sudeste Paraense. Por mais que eles não se vejam e nem sejam vistos pelos demais grupos sociais no Território como um grupo étnico, a luta pelo reconhecimento e valorização da diferença entre eles e os demais agricultores e grupos socialmente diferenciados se apoia no que é *etno*, no que evidencia etnicidade. A discussão acerca da noção de etnodesenvolvimento nos auxilia a entender este processo de reconhecimento e valorização da diversidade, como veremos a seguir.

### **Etnodesenvolvimento com agricultores?**

A noção de etnodesenvolvimento, segundo autores como Antonio Carlos de Souza Lima, Maria Barroso-Hoffmann e Sidnei Clemente Peres (2002); Souza Lima e Barroso-Hoffmann (2002); Gilberto Azanha (2002); Paul Little (2002) e Ricardo Verdum (2006), tem seus antecedentes históricos no pós-segunda guerra mundial, quando então se discutia mundialmente o tema do desenvolvimento econômico e a descolonização das nações na África, na Ásia e no Caribe; época, de acordo com Little (2002), em

## Tessituras

que os países foram divididos em três grandes blocos: Primeiro Mundo (países industrializados e de economia capitalista; Segundo Mundo (países que estavam sob o domínio da União Soviética) e Terceiro Mundo (países considerados “subdesenvolvidos” ou “em vias de desenvolvimento”).

Azanha (2002) informa que a partir de críticas feitas à noção de desenvolvimento reduzida à industrialização, realizadas principalmente por sociólogos e economistas, procedeu-se, nos anos 1970-80, à qualificação do termo *desenvolvimento*. Foi, de acordo com autor, a partir deste esforço que foram criados conceitos como os de “desenvolvimento dependente” e “desenvolvimento sustentável”, sendo que o primeiro discutia autonomia, mas mantinha o processo de industrialização como o “principal agente da *mudança social*” (AZANHA, 2002, p. 30. Itálico do autor); e o segundo, defendia que parte da riqueza produzida a partir de processos industriais e tecnológicos deveria ser reinvestida na reposição e conservação de recursos naturais, o que lhe conferiria o caráter de “sustentável”.

No cenário mundial, segundo Verdum (2006), três acontecimentos marcaram a história da elaboração e disseminação da noção de etnodesenvolvimento: o Simpósio sobre “Fricção Interétnica na América Latina”, realizado em Barbados em 1971, que teve como resultado a elaboração do documento que tratava sobre a situação dos povos indígenas na América Latina e que ficou conhecido como *Declaração de Barbados*; o Simpósio “Movimentos de Liberação Indígena na América Latina”, também realizado em Barbados em 1977, a partir do qual se produziu a *Declaração de Barbados II*; e a “Reunión de Expertos sobre Etnodesarrollo y Etnocidio em América Latina”, evento realizado em San José da Costa Rica, em 1981, em que se produziu a *Declaração de San José*<sup>16</sup>. Esta última, segundo o

---

<sup>16</sup> O primeiro evento foi organizado, de acordo com Verdum (2006), pelo Instituto Etnológico da Universidade de Berna e patrocinado pelo Programa para Combater o Racismo e pela Comissão de Assuntos Internacionais do Conselho Mundial das Igrejas; o segundo evento foi organizado por Georg Grunberg e pelo Centro de Documentación de América Latina de México (CADAL), também apoiado pela Comissão de Assuntos Internacionais do Conselho Mundial das Igrejas; a terceira reunião foi patrocinada pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a

## Tessituras

autor, é onde está explícita a reivindicação do etnodesenvolvimento enquanto um “direito dos povos indígenas e um dever dos Estados nacionais” (VERDUM, 2006, p. 72). Além dos documentos e eventos citados por Verdum, Azanha (2002) destaca a publicação, em 1987, do Relatório Brudtland como o documento que “consolidou o desenvolvimento sustentável como politicamente correto”, sendo que o lucro e o mercado continuariam sendo o principal fator para o “bem-estar social”.

Data deste período histórico, os autores citados, as duas mais importantes referências quanto à elaboração da noção de etnodesenvolvimento: Rodolfo Stavenhagen e Guillermo Bonfil Batalla. Estabeleceria-se então, de acordo com a leitura de Azanha sobre Stavenhagen, a ideia do “*desenvolvimento* que mantém o *diferencial* sociocultural de uma sociedade, ou seja, sua *etnicidade*” (AZANHA, 2002, p. 31. Itálicos do autor). De acordo com Verdum (2006), a noção de etnodesenvolvimento formulada por Stavenhagen implica, conforme propõe Bonfil Batalla, que

...as comunidades sejam efetivamente gestoras do seu próprio desenvolvimento, que a elas seja garantido o direito de formar seus quadros técnicos (engenheiros, professores, médicos, etc.) e estruturar e gerir as unidades político-administrativas responsáveis pela gestão dos seus territórios (VERDUM, 2006, p. 73).

A discussão acerca do etnodesenvolvimento foi tomada por quadros do Banco Mundial nos anos 1990, conforme Souza Lima, Barroso-Hoffmann e Peres (2002), marcando outra característica do processo de construção de etnodesenvolvimento de um povo indígena que é a parceria com agências de fomento, nacionais e/ou internacionais. Essa movimentação no plano internacional acerca do etnodesenvolvimento repercutiu no cenário indigenista brasileiro, ainda de acordo com os autores, com o estabelecimento de parcerias entre as organizações e associações indígenas e

---

Ciência e a Cultura (UNESCO).

## **Tessituras**

as universidades públicas, influenciando um novo modelo de formação acadêmica, sobretudo a partir da criação de pós-graduações criadas a partir de recursos da Fundação Ford e de agências brasileiras como a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Além das agências de fomento nacionais e/ou internacionais e dos profissionais formados para trabalhar com etnodesenvolvimento, os povos indígenas também contavam com a atuação destes profissionais também a partir de Organizações Não-Governamentais (ONGs) voltadas para o campo indigenista.

Como princípios básicos para o etnodesenvolvimento encontravam-se, de acordo com Stavenhagen:

...objetivar a satisfação de necessidades básicas do maior número de pessoas em vez de priorizar o crescimento econômico; embutir-se de visão endógena, ou seja, dar resposta prioritária à resolução dos problemas e necessidades locais; valorizar e utilizar conhecimento e tradição locais na busca da solução dos problemas; preocupar-se em manter relação equilibrada com o meio ambiente; visar a auto-sustentação e a independência de recursos técnicos e de pessoal e proceder a uma ação integral de base, atividades mais participativas (STAVENHAGEN, 1984, p. 18-19).

Podemos ver estes princípios básicos como norteadores das ações dos agricultores do PA Belo Horizonte, descritas anteriormente, ao lutarem por terras, ao (re)construírem a paisagem do assentamento, procurando garantir frente ao Estado o direito a formarem seus próprios quadros técnicos, à assessoria técnica conforme suas demandas particulares, a estradas com boas condições de trafegabilidade, entre outras coisas. A partir da experiência entre este e outros grupos socialmente diferenciados, entendemos o etnodesenvolvimento como o processo pelo qual povos e comunidades tornados vulneráveis e invisíveis no âmbito da sociedade mais ampla se instrumentalizam, se organizam politicamente e lutam, para usar

## Tessituras

o termo empregado por eles, pela conquista e valorização de direitos diferenciados relativos à autonomia, à reprodução física, social, cultural e econômica.

A autonomia cultural almejada por esses sujeitos sociais, o que eles querem enquanto projeto futuro de sociedade deve ser, segundo Little, o “guia principal para o estabelecimento das condições necessárias para a implementação do etnodesenvolvimento” (LITTLE, 2002, p. 40), movimento este que identificamos entre os agricultores do PA Belo Horizonte.

Em relação aos agricultores, como vimos no item acerca da identidade e da etnicidade, a autonomia nas definições expostas aparece como sendo algo relativo e em constante negociação com o Estado. Diferentemente do que se ouve ou se lê em relação aos povos indígenas, a autonomia para os movimentos sociais do campo e, conseqüentemente, para os agricultores familiares no Brasil, não é vista como uma ameaça à soberania nacional. Pelo contrário, conforme nos mostrou Mendras (1978), as sociedades camponesas existem na medida em que existe um Estado. No caso do Brasil, esta relação é conhecida e reconhecida desde o período das fazendas de café até a recente criação de assentamentos, segundo mostramos a partir da literatura especializada.

Para os autores que estudaram sobre sociedades camponesas a questão da autonomia parece ser marcada como interdependência apenas, uma vez que entre os agricultores a parceria estabelecida entre agentes e agências de desenvolvimento, Estado e eles parece estar mais institucionalizada. Embora não apareça de maneira explícita na fala dos agricultores do PA Belo Horizonte, a autonomia percebida nas entrelinhas do discurso e da ação não é apontada enquanto uma ameaça à soberania nacional. A nosso ver, a autonomia entre os agricultores ou quando se trata de sociedades camponesas parece estar contemplada pela “sustentabilidade” buscada com o desenvolvimento. No caso dos agricultores do PA Belo Horizonte, ela é contemplada na medida em que são reconhecidas, atendidas e valorizadas as demandas que os particularizam socialmente.

## Tessituras

Ao ouvirmos os agricultores do PA Belo Horizonte pudemos perceber que o movimento de construção de identidade política e coletiva de agricultor familiar segue princípios apontados por Stavenhagen (1984) ao falar de etnodesenvolvimento, há um movimento pelo menos de se discutir do que se trata tal “sustentabilidade” e, para além disso, eles tomam decisões de estar à frente de processos que levem ao desenvolvimento não apenas econômico, mas também em relação à educação e à saúde, por exemplo.

Os agricultores do PA Belo Horizonte, principalmente a partir da atuação da associação, almejam escolas que funcionem no assentamento, assim como um posto de saúde, pois o que atualmente lá existem são dois prédios que sediam algumas reuniões dos associados e um agente comunitário de saúde que não dispõe de infraestrutura necessária para realizar seu trabalho, sendo preciso os agricultores se deslocarem para as cidades próximas ou de origem para resolver problemas de saúde.

Por essas razões, entendemos que a resposta à pergunta que abre este tópico do artigo é afirmativa e necessária, porque enquanto pesquisadores e também agente de desenvolvimento deparamo-nos com um campo plural e diverso, que requer que voltemos nosso pensar e agir ao *etno* no desenvolvimento.

### **Para concluir algumas ideias...**

Da época dos castanhais à época do auge e do declínio da pecuária, muitas mudanças ocorreram entre os agricultores do PA Belo Horizonte, como vimos, mas algo nos chama a atenção na época do “enfraquecimento” da pecuária que é o fato de os agricultores do assentamento se mobilizarem em torno de um projeto coletivo para se manterem enquanto um grupo socialmente diferenciado.

As ações e pesquisas realizadas com os agricultores do PA Belo

## Tessituras

Horizonte ao longo da história dessas parcerias foram desenvolvidas baseadas em métodos participativos, em que os agricultores eram coautores delas. Devido à situação em que se encontrava o PA em relação aos sistemas de produção; com os agricultores tendo atuação política mais consolidada via associação, a busca por parceria para a solução dos problemas produtivos no PA ganhou outro tom: o da autonomia. Em vez de os pesquisadores levarem sugestões de ações de desenvolvimento aos agricultores, ainda que realizadas de forma co-partícipe com eles, são os agricultores que vão até a universidade em busca de soluções que atendam às suas necessidades específicas.

Identificamos, desta forma, a mobilização dos agricultores baseada em princípios de etnodesenvolvimento, em que a (re)construção da paisagem é também um elemento de identidade e de etnicidade do grupo. A terra e o uso que dela é feito é elemento constituinte da identidade camponesa (WOLF, 1970; MOURA, 1988; NEVES, 2007). A relação com o espaço torna-se referencial para a construção da identidade, torna-se referencial para a própria reprodução social do modo de vida camponês.

Neste sentido, em se tratando de construção de identidade por agricultores familiares, não se pode perder de vista a ligação intrínseca que existe entre a construção do território e a identidade. Para a reconstrução do território no assentamento, os agricultores tiveram de fazer da terra o espaço de sustentabilidade que eles conheceram, mas que acabaram experimentando uma crise dos sistemas de produção em virtude do sistema técnico adotado por eles ser insustentável na atual condição de assentados. Um dos caminhos escolhidos por eles para a reconstrução do território e manutenção da identidade coletiva foi a situação de etnicidade examinada quanto à busca de alternativas para a diversificação dos sistemas produtivos.

A partir desta perspectiva, entendemos que a mobilização dos agricultores do PA Belo Horizonte em torno da transformação da terra e consequente construção do território, torna-os passíveis de etnicidade e faz

## Tessituras

parte de um projeto de etnodesenvolvimento do grupo, que, nas palavras de Stavenhagen, “...significa que uma etnia autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses...” (1984, p. 57).

Ao colocarem em prática seu projeto de etnodesenvolvimento os agricultores do PA Belo Horizonte evidenciam o que os particulariza enquanto um grupo socialmente diferenciado, identidade esta que é criada e recriada ao longo dos anos, tendo no Estado um importante agente influenciador desta construção permanente, na medida em que coloca em prática também sua visão de desenvolvimento e seu projeto de sociedade.

Pensar que entre os agricultores familiares e assentados de reforma agrária no Brasil há uma diversidade de realidades e estar sensível à forma como eles se organizam para expressar ou reivindicar as diferenças entre eles é também um desafio para que na prática a diversidade seja efetivamente contemplada.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane C. (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV/ABA, 2002. p. 83-108.

\_\_\_\_\_. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: \_\_\_\_\_. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus. PGSCA-UFAM, 2008. p. 133-178.

ALVES, Livia Navegantes; MASTOP-LIMA, Luiza de Nazaré. Da microrregião de Marabá ao Território Sudeste do Pará: exercícios de leitura da dinâmica agrária regional. **Humanitas**, Belém, v. 23, p. 65-77, 2009.

AZANHA, Gilberto. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismo de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARROSO-HOFFMANN, Maria (Org.).

## Tessituras

**Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas:** Bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: LACED, 2002. p. 29-37.

BANCO MUNDIAL. **Causas do desmatamento na Amazônia Brasileira.** Brasília: Banco Mundial, 2003.

BARTH, Fredrick. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.

BECKER, Bertha K. **Amazônia.** São Paulo: Ática, 1994.

BELTRÃO, Jane Felipe. “Território, terra e tradição segundo os *Tembé Tenetehara* em Santa Maria no Pará”. In: **Anais do VIII Congresso Nacional de Pesquisadores(as) Negros(as).** Belém, ABPN/Paka-Tatu, 2014. (Meio Digital).

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 11, n. 31, p. 37-49, 1997.

BONFIL BATALLA, Guillermo. El etnodesarrollo: sus premisas jurídicas, políticas y de organización. In: ARAVENA, F. R. (Org.). **América Latina: etnodesarrollo y etnocidio.** San José de Costa Rica: FLACSO, 1982. Disponível em: [http://www.flacsoandes.org/biblio/shared/biblio\\_view.php?bibid=9985&tab=opac](http://www.flacsoandes.org/biblio/shared/biblio_view.php?bibid=9985&tab=opac). Acesso em: 22 jun. 2015.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e espaço simbólico. In: \_\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas/São Paulo: Papiрус, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, etnia e estrutura Social.** São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1976.

\_\_\_\_\_. Os (des)caminhos da identidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, v. 15, n. 42, p. 07-21, 2000.

DEFFONTAINES, Jean-Pierre. **Du paysage comme moyen de connaissance de l'activité agricole à l'activité agricole comme moyen de production du paysage: un point de vue d'agronome.** Comptes-rendus des Séances de l'Académie d'Agriculture de France, 82, p. 54-69, 1996.

DE REYNAL, Vincent *et al.* **Agriculturas familiares e desenvolvimento em Frente Pioneira Amazônica.** Pointe-à-Pitre/Univ. Antilles Guyane: LASAT/CAT/UFPA/GRET/DAT/UAG, 1996.

EMMI, Marília. **A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais.** Belém: UFPA/NAEA, 1999.

FEARNSIDE, Philip M. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. **Acta Amazonica,** Manaus, v. 36, n. 3, p. 395-400, 2006.

## Tessituras

FERREIRA, Leandro Valle; VENTICINQUE, Eduardo; ALMEIDA, Samuel. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 157-166, 2005.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque Holanda. **Aurélio século XXI**: o dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

LARAIA, Roque de Barros; DAMATTA, Roberto. **Índios e castanheiros**: a empresa extrativa e os índios do médio Tocantins. São Paulo: Difel, 1967.

LASAT/SDT. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Marabá: LASAT/SDT, 2006.

\_\_\_\_\_. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudeste Paraense**. Marabá: LASAT/SDT, 2010.

LITTLE, Paul E. Etnodesenvolvimento Local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus**, Campo Grande, v. 2, n. 3, p. 33-52, 2002. Disponível em: [www.ftp://neppi.ucdb.br/pub/tellus/tellus3/TL3\\_Paul%20Little.pdf](http://www.ftp://neppi.ucdb.br/pub/tellus/tellus3/TL3_Paul%20Little.pdf). Acesso em: 22 jun. 2015.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Rio de Janeiro: LACED/Museu Nacional, 2006.

\_\_\_\_\_. Povos indígenas e etnodesenvolvimento no Alto Rio Negro. In: ATHIAS, Renato; PINTO, Regina Pahim (Org.). **Estudos indígenas**: comparações, interpretações e políticas. São Paulo: Contexto, 2008. p. 27-44.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MASTOP-LIMA, Luiza de Nazaré. “Toda faca em matula é pouca”: reflexões sobre reprodução social no Projeto de Assentamento Belo Horizonte. Artigo apresentado durante a **24ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA)**, no Fórum de Pesquisa Campesinato e Representações do Rural, no período de 12 a 15 de junho de 2004, em Olinda-Pernambuco.

MENRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. São Paulo: Zahar Editores, 1978.

MILLER, Daniel. **Materiality**. Durham: Duke University Press, 2005.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

## Tessituras

NAVEGANTES-ALVES, Livia. **Pratiques de gestion du pâturage et envahissement par les adventices chez les éleveurs bovins en Amazonie Orientale**. 2011. 190 f. Tese (Doutorado em Systèmes Intégrés en Biologie, Agronomie, Géoscience, Hydrologie et Environnement) - École Doctorale SIBAGHE, SupAgro, Montpellier, França, [2011].

NAVEGANTES-ALVES, Livia *et al.* Transformações nas práticas de criação de bovinos mediante a evolução da fronteira agrária no Sudeste do Pará. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 243-268, 2012.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNADES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio César (Org.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211-270 - v. 1.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **A Viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena**. Rio de Janeiro: Contra Livraria/LACED, 1999.

SEEGER, Anthony; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. Terras e territórios indígenas no Brasil. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1-2, p. 101-114, 1979.

SILVA, Luis Mauro Santos. **Estudo da localidade Belo Horizonte – São Domingos do Araguaia – Sudeste do Pará**. Relatório de Pesquisa. Marabá: LASAT, 1996.

SILVEIRA, Flávio L. A. da. A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar. In: SILVEIRA, Flávio L. A. da; CANCELA, Cristina D. (Org.). **Paisagem e cultura: dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade**. Belém: UFPA, 2009. p. 71-83.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de e BARROSO-HOFFMANN, Maria. **Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas bases para uma nova política indigenista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002. Disponível em: <http://www.laced.mn.ufrj.br/pdfs/gilbertoazanha.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2015.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; BARROSO-HOFFMANN, Maria; PERES, Sidnei C. **Notas sobre os Antecedentes Históricos das Idéias de “Etnodesenvolvimento” e de “Acesso de Indígenas ao Ensino Superior” no Brasil**. Rio de Janeiro: LACED/Museu Nacional/ UFRJ, 2002. Disponível em: [http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/artigos/arquivos/Texto\\_Etnodesenvolvimento\\_e\\_Ensino\\_Superior\\_Indigenas.pdf](http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/artigos/arquivos/Texto_Etnodesenvolvimento_e_Ensino_Superior_Indigenas.pdf). Acesso em: 22 jun. 2015.

STARLING, Heloisa; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lendo canções e arriscando um refrão. **Revista da USP**, São Paulo, v. 68, p. 210-233, 2005-2006.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no Pensamento Desenvolvimentista. In: **Anuário Antropológico/1984/1985**. Rio de Janeiro: Tempo Brasiliense, 1984. p. 11-44.

MASTOP-LIMA, Luiza de Nazaré; BELTRÃO, Jane Felipe. Identidade e território: saga, construção e situação de etnicidade entre agricultores familiares (PA Belo Horizonte – Pará – Brasil). **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 64-97, jan./jun. 2015.

## Tessituras

VERDUM, Ricardo. Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas: a contribuição do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA). In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; BARROSO-HOFFMANN, Maria (Org.). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas**: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ LACED, 2002. p. 11-44.

\_\_\_\_\_. **Etnodesenvolvimento**: Nova/Velha Utopia do Indigenismo. Brasília: Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas/UnB, 2006. Disponível em: [http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2154/1/2006\\_Ricardo%20Verdum.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2154/1/2006_Ricardo%20Verdum.pdf). Acesso em: 22 jun. 2015.

VELHO, Otávio G. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**: Estudo do Processo de penetração numa área de a Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **XX Encontro Anual da ANPOCS**. GT 17 Processos Sociais Agrários. Caxambu, Minas Gerais, outubro de 1996.

WOLF, Eric. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

Recebido em: 16/04/2015.

Aprovação em: 06/06/2015.

Publicação em: 30/06/2015.